

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N28 A natureza e o conceito do direito 3 [recurso eletrônico] /  
 5 Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.  
 – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.  
 Modo de acesso: World Wide Web.  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-65-5706-360-6  
 DOI 10.22533/at.ed.6060201109

1. Direito – Filosofia. 2. Direito do trabalho.  
 I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 340

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

**A NATUREZA E O CONCEITO DO DIREITO – VOL. III**, coletânea de vinte e sete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com situações sociais que exercem no sistema jurídico a necessidade de mudar, atualizar e assim se mostrar atualizado frente as demandas da comunidade.

Em cinco divisões estão debates que circundam direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos; direito e os hipossuficientes; universo criminal, violências e o sujeito feminino; meio ambiente, direito e a realidade agro; e direito e educação.

De início, direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos nos traz análises interessantes como decisão da corte interamericana sobre realidade nacional, constitucionalismo brasileiro alicerçado em lições de fraternidade e solidariedade, discussões sobre a principiologia constitucional, resguardo da imagem mesmo de pessoas reconhecidas socialmente, bem como restauro da ordem social por meio de mecanismos de resolução de conflitos e mediação, práticas de um novo direito para uma nova sociedade que urge em busca de decisões rápidas e eficientes.

No direito e os hipossuficientes são verificadas contribuições que versam sobre direito migratório, regulação jurídica do trabalho migrante, direito a afetividade do menor, seja criança ou adolescente, PJe e o acesso, ou falta dele, para a pessoa idosa, além do ex-apanado e mercado de trabalho.

Em universo criminal, violências e o sujeito feminino são encontradas questões como política criminal da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, superlotação carcerária e ineficácia das alternativas até então apresentadas, discurso midiático, violência e feminicídio, opressão vivenciada pela mulher, perfil dos assassinatos e feminicídios no Ceará, bem como a justiça restaurativa como instrumento de resgate para mulheres que sofrem violência.

No debate meio ambiente, direito e a realidade agro é contemplada reflexão sobre direitos ambientais, responsabilização ambiental, agrobiodiversidade e preservação de sementes, como também o contrato de integração vertical agroindustrial.

Por fim, direito e educação aborda direito à educação, ensino jurídico, perspectiva waratiana, direito vivo e educação como elemento basilar para uma cultura de paz.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO TRABALHADORES FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL

Kelly Cristina de Oliveira Melo

**DOI 10.22533/at.ed.60602011091**

### **CAPÍTULO 2..... 15**

FRATERNIDADE E SOLIDARIEDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA AO HUMANISMO

Ildete Regina Vale da Silva

Paulo de Tarso Brandão

**DOI 10.22533/at.ed.60602011092**

### **CAPÍTULO 3..... 30**

A ESTABILIZAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA, REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE, FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Tamires Cristina Jacinto de Lima

Luiz Gustavo Simões Valença de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.60602011093**

### **CAPÍTULO 4..... 48**

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ALGORÍTMICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA GARANTIA DO DIREITO À EXPLICAÇÃO

Lara Oliveira Souza

**DOI 10.22533/at.ed.60602011094**

### **CAPÍTULO 5..... 58**

TUTELA JURÍDICA DO DIREITO À IMAGEM DAS “PESSOAS PÚBLICAS”

Patricia Simm

**DOI 10.22533/at.ed.60602011095**

### **CAPÍTULO 6..... 73**

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E UTILIZAÇÃO DE MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA A RESTAURAÇÃO DA HARMONIA SOCIAL

Taís Eduarda Rostirolla

Tatiana Martins do Amaral

Daniele Weber S. Leal

Jones Mariel Kehl

**DOI 10.22533/at.ed.60602011096**

### **CAPÍTULO 7..... 88**

UM ESTUDO ACERCA DO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO E DA SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE TAQUARA/RS NO ANO DE 2018

Éder Machado de Oliveira

Tatiana Martins do Amaral

Daniele Weber S. Leal

Jones Mariel Kehl

**DOI 10.22533/at.ed.60602011097**

**CAPÍTULO 8..... 102**

**DIREITO MIGRATÓRIO: UMA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DOS HAITIANOS EM CURITIBA**

Gianluca Nicochelli

Filipe Martins Macedo

**DOI 10.22533/at.ed.60602011098**

**CAPÍTULO 9..... 116**

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A (DES) REGULAÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO MIGRANTE**

Thais Helena Alves Rossa

**DOI 10.22533/at.ed.60602011099**

**CAPÍTULO 10..... 127**

**DIREITO A AFETIVIDADE COMO REGULADOR DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E INFLUENCIADOR SOCIAL**

Melyssa Mendonça Araújo

Renan Nogueira de Oliveira

Sávio de Oliveira Gonçalves

**DOI 10.22533/at.ed.606020110910**

**CAPÍTULO 11..... 135**

**PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E O (DES)ACESSO À JUSTIÇA DO IDOSO NO BRASIL**

Keite Crisóstomo Bezerra

Carolina Yukari Veludo Watanabe

**DOI 10.22533/at.ed.606020110911**

**CAPÍTULO 12..... 146**

**AS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS EX-APENADOS NA INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO**

Ana Luiza Gomes de Abreu

Cristiana Russo Lima da Silva

Diêgo Lima Maciel

**DOI 10.22533/at.ed.606020110912**

**CAPÍTULO 13..... 156**

**REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA CRIMINAL DA TRANSMISSÃO DO HIV/Aids COM BASE NO DIREITO SISTÊMICO**

Monica Paraguassu Correia da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.606020110913**

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>168</b>
A INEFICÁCIA DAS ALTERNATIVAS PENAIS COMO FORMA DE COMBATE À SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA	
Matheus de Quadros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110914</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>178</b>
MÍDIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: O DISCURSO DA INSEGURANÇA E DO MEDO E SUAS CONSEQUENTES VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS NAS NOTÍCIAS VEICULADAS POR PROGRAMAS POLICIAIS	
Gabriela Moreira d'Assumpção Torres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110915</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>193</b>
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA PERSISTÊNCIA DO FEMINICÍDIO	
Carolina de Araújo Oliveira da Silva	
Pedro Amaral de Lima Spindola	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110916</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>202</b>
A OPRESSÃO E A DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO FEMININO	
Filipe Galatti Marchiori	
Priscila Silveira Duarte Pasqual	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110917</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>215</b>
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DO PERFIL DE ASSASSINATOS E FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ	
Laríssia Cândido Cardoso	
Teófilo Silva Primo Correia	
Delmair Oliveira Magalhães Luna Filha	
Pedro Yan Alexandre Barbosa Kennedy	
Grayce Alencar Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110918</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>224</b>
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Bruna de Carvalho Fagundes de Lima	
Juliana de Sousa Barbosa	
Jones Mariel Kehl	
Tatiana Martins do Amaral	
Daniele Weber da Silva Leal	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110919</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>237</b>
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS AMBIENTAIS E DIFUSOS E O AMBIENTE QUE VIVEMOS	
<i>Armando Luciano Carvalho Agostini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110920</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>254</b>
A TRÍPLICE RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO: ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL	
<i>Aprígio Teles Mascarenhas Neto</i>	
<i>Francisco Sávio Ponte</i>	
<i>Mario Antônio Macedo de Sousa</i>	
<i>Maria Celina Lemos Macedo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110921</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>268</b>
AGROBIODIVERSIDADE E PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES: A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE EM REDE NA EFETIVAÇÃO DESSE DIREITO	
<i>Francieli lung Izolani</i>	
<i>Jerônimo Siqueira Tybusch</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110922</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>282</b>
O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO VERTICAL AGROINDUSTRIAL NA LEI 13.288/16 E A INCOMPLETUDE CONTRATUAL NO SETOR DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DO MERCADO AGROEXPORTADOR DE CARNES	
<i>David Kenji Itonaga</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110923</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>302</b>
DO DIREITO DA EDUCAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO	
<i>Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria</i>	
<i>Luiza Rodrigues Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110924</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>312</b>
O ENSINO JURÍDICO EM UMA PERSPECTIVA WARATIANA	
<i>Aleteia Hummes Thaines</i>	
<i>Marcelino da Silva Meleu</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110925</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>325</b>
O DIREITO VIVO DE EUGEN EHRLICH E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
<i>Adriano Delfino Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110926</b>	

<b>CAPÍTULO 27.....</b>	<b>339</b>
<b>EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ E A INTERDISCIPLINARIDADE NA NEG-MED-ARB</b>	
Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria	
Luiza Rodrigues Costa	
Fernanda Rodrigues Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110927</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>352</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>353</b>

## MÍDIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: O DISCURSO DA INSEGURANÇA E DO MEDO E SUAS CONSEQUENTES VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS NAS NOTÍCIAS VEICULADAS POR PROGRAMAS POLICIAIS

*Data de aceite: 01/09/2020*

*Data de submissão: 07/06/2020*

**Gabriela Moreira d'Assumpção Torres**

Mestranda do Programa de Pós-graduação  
em Direito da Universidade Federal de  
Pernambuco – PPGD/UFPE  
Recife/Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/7216758448543136>

**RESUMO:** O presente trabalho pretende analisar as notícias veiculadas pelo programa policial de televisão “Ronda Geral”, transmitido em Pernambuco e fazer uma discussão teórica acerca do medo e da insegurança no discurso da mídia e as consequentes violações constitucionais realizadas. Para observar concretamente de que forma o discurso da mídia interfere na sociedade a pesquisa contou com referências bibliográficas e com a seleção de três amostras do programa em determinado período, para isso foi utilizado o tipo de pesquisa descritiva, sendo escolhido o método indutivo. Portanto, se buscou a partir da uma análise de casos específicos obter uma conclusão geral a respeito do assunto, alcançando como resultado a constatação de que a mídia propaga em seu discurso o medo e a consequente reação rigorosa e exagerada a ele, proporcionando a aceitabilidade de violações as pessoas mais vulneráveis da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídia. Discurso. Medo. Insegurança. Violação de garantias.

### MEDIA AND THE BUILDING OF REALITY: THE SPEECH OF INSECURITY AND FEAR AND THEIR CONSTITUTIONAL VIOLATIONS IN THE NEWS BROADCASTED BY TV CRIME SHOWS

**ABSTRACT:** This work intends to analyze the news broadcasted by the TV crime show “Ronda Geral” aired in Pernambuco and to do a theoretical discussion about the speech of fear and insecurity on the media and their following constitutional violations. To properly observe in which way the media speech interferes in society, the research relied upon bibliographic references and the selection of three samples from the TV crime show in a determined period, to do that it was used a type of descriptive research, being chosen the inductive method. Thus, seeking from specific case analyses to gain a general conclusion about the subject, reaching as a result the finding that the media propagates in its speech the fear and the following rigorous and exaggerated reaction to it, providing the acceptability of violations to the most vulnerable people in society.

**KEYWORDS:** Media. Speech. Fear. Insecurity. Breach of warranties.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar doutrinariamente e através da análise das amostras coletadas do programa “Ronda Geral” de que forma o discurso da mídia interfere no cotidiano da sociedade brasileira.



A ideia do tema surgiu a partir de uma observação fática da abordagem trazida pelos programas policiais ao veicular notícias de crimes, banalizando a violência e apontando indivíduos tidos como “perigosos” para a sociedade, propagando a ideia do medo e da insegurança, sentimentos já existentes na sociedade brasileira, além de estimular o preconceito com relação a indivíduos pertencentes as classes mais vulneráveis. Ao observar a forma como a mídia se aproveita da sensação de insegurança impregnada na sociedade com um discurso intolerante e agressivo, em que até mesmo a violação de garantias contra tais indivíduos é consentida, possuindo como fim a obtenção de lucros e a consequente elevação nos índices de audiência, constatou-se uma séria problemática na conjuntura brasileira.

Questionou-se até que ponto a livre manifestação de pensamento exercida pela mídia pode interferir nos direitos básicos resguardados aos indivíduos? Quais as possíveis violações constitucionais ocorridas a partir do confronto entre a manifestação do pensamento eivada de medo e insegurança feita pelo discurso da mídia? É dentro deste contexto de preocupações que se insere a presente análise, que busca estudar as construções a respeito do fenômeno criminal veiculadas por um forte ator social envolvido na questão: os meios de comunicação de massa, notadamente o jornalismo popular e de que forma o discurso veiculado por eles interfere na sociedade. Para isso, parte-se de uma análise de dados e referências bibliográficas, sendo utilizado o tipo de pesquisa descritivo e o método indutivo, em que se buscou a partir de casos específicos obter uma conclusão geral a respeito do assunto. Após algumas análises acerca do processo de produção de notícias, foi realizada uma observação sistemática, controlada e planejada sobre as três amostras coletadas do programa televisivo “Ronda Geral”, transmitido em Pernambuco, com o fim de demonstrar concretamente a forma como o discurso veiculado pela mídia eivado de medo e insegurança exerce influencia sobre a sociedade.

## **2 | DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA BASE PRINCIPIOLÓGICA**

### **2.1 Direitos Fundamentais**

A construção teórica em torno da ideia de Direitos Fundamentais é fruto de uma evolução histórica e social ao longo dos tempos. Nesse sentido afirma Bobbio (1992, p. 5) que:

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Assim, tais direitos foram sendo descobertos e declarados na medida em que a civilização humana passa a reconhecer a necessidade de assegurar a cada indivíduo e a sociedade uma existência digna, sendo a imposição de limitações ao poder do estado um dos principais fatores para o acolhimento desses direitos. Desta forma, sintetiza Comparato (2003, p. 40):

O reconhecimento de direitos humanos, assim como a positivação dos direitos fundamentais apenas foi possível através da evolução histórica, ou seja, tais direitos não surgiram todos de uma vez, mas foram sendo descobertos, declarados conforme as próprias transformações da civilização humana, sendo a luta pela limitação do poder político um dos principais fatores para o acolhimento destes direitos.

## **2.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

A Constituição brasileira de 1988 foi um dos primeiros diplomas constitucionais a reservar um título próprio destinado aos direitos fundamentais. Pode-se dizer que de certa forma essa preocupação do constituinte em destinar um título para tais direitos decorreu do fato da constituição ter sido elaborada num momento que sucedeu um período de extremo autoritarismo vivenciado no Brasil, no qual os direitos individuais eram brutalmente desrespeitados e violados pelas autoridades estatais. Na Constituição de 1988 a dignidade humana foi elevada à condição de princípio fundamental no seu artigo 1º, inciso III, devendo ser lido e interpretado em todo o ordenamento pátrio brasileiro.

Neste sentido, são muitas as conexões existentes entre os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, como por exemplo, o direito à vida, à intimidade, à honra, à imagem, assim como à propriedade, à igualdade e os direitos sociais em geral são consequência da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento do ordenamento jurídico brasileiro. Neste sentido, se posiciona Sarlet (2004, p. 118):

[...] o que se percebe em última análise, é que onde não houver respeito pela vida e pela integridade física do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde a intimidade e identidade do indivíduo forem de ingerências indevidas, onde sua igualdade relativamente aos demais não for garantida, bem como onde não houver limitação do poder, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana, e esta não passará de mero objeto de arbítrio e injustiças. A concepção do homem-objeto, como visto, constitui a antítese da noção da dignidade da pessoa humana (grifo nosso).

## 2.3 DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA

A Constituição Federal declara em seu art. 5º, X como invioláveis, o direito a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Nesse sentido, o dispositivo é discutido por grande parte da doutrina, no que diz respeito a imprecisa terminologia existente entre os conceitos constitucionais de intimidade e vida privada. Desta maneira, afirma Ferreira Filho (1997, p. 35):

O conceito de intimidade relaciona-se às relações subjetivas e de trato íntimo da pessoa humana, suas relações familiares e de amizade, enquanto o conceito de vida privada envolve todos os relacionamentos da pessoa, inclusive os objetivos, tais como relações comerciais, de trabalho, de estudo etc.

Tendo em vista o acima exposto, é contraditório ao Princípio da dignidade da pessoa humana, ao direito a honra, a intimidade e a vida privada utilizar assuntos da esfera íntima do indivíduo ou quaisquer desgraças alheias que não demonstrem finalidade pública ou caráter jornalístico em sua divulgação. Assim, não resta dúvida de que a divulgação de fotos, imagens ou notícias apelativas, injuriosas, desnecessárias para a informação objetiva e de interesse público que burlem a dignidade humana autoriza a ocorrência de indenização por danos materiais e morais, além do respectivo direito à resposta (MORAES, 2000, p. 136).

## 2.4 LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO E DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA

A liberdade de informação compreende o direito de informar e o direito de ser informado, o primeiro caracteriza-se pelo direito de manifestação do pensamento por qualquer meio de exteriorização, o segundo indica o interesse do indivíduo de ser informado, ou seja, é através dele que se realiza o direito coletivo à informação para o exercício consciente das liberdades públicas (SILVA, 2010, p. 245).

Diante disso, preocupou-se a Constituição em assegurar a liberdade de Informação consagrando-a como um direito fundamental, dispondo em seu art. 220 que:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

[...]

§ 2º. É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (BRASIL, CF, 1988).

No entanto, a Constituição no § 2º do art. 220 não alude qualquer tipo de censura prévia à imprensa, porém, tal posicionamento não deve ser entendido de maneira absoluta, visto que a liberdade de Informação Jornalística enfrenta limitações frente aos direitos igualmente garantidos pela Constituição.

## **3 | A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: ANÁLISE ACERCA DO MEDO E DA INSEGURANÇA SOCIAL**

### **3.1 Formação do medo na legislação penal e sua interferência na mídia**

A análise do discurso a acerca do medo pode ser entendido através das suas consequências estéticas, criando monumentos e transformando cidades (BATISTA, 2002, p. 99). Desta forma, o medo como fio condutor de uma política pressupõe uma produção imagética do terror que compõe um papel disciplinador emergencial, garantindo uma organização social rígida e hierarquizada, levando as classes subalternas a ver e sentir seu lugar na estrutura social (BATISTA, 2002, p.99).

O século XIX foi marcado por profundas inquietações, o dilema entre o liberalismo e o sistema imperial escravista deu início às revoltas populares e as insurreições escravas, as quais propiciaram a construção da figura de inimigos inconciliáveis que ameaçavam a inviolabilidade das vontades senhoriais (BATISTA, 2002, p. 99-100). Com isso, utilizou-se de um discurso jurídico que buscou conter tais agitações, como bem caracterizou Nilo Batista nas palavras de Vera Malaguti Batista (2002, p. 99):

[...] em determinadas conjunturas políticas se agudizam mecanismos do dispositivo inquisitorial que reproduz o tratamento dispensado ao herege: o princípio da oposição entre uma ordem jurídica virtuosa e o caos infracional, o combate ao crime feito como cruzada, com o extermínio como método contra o mal que ameaça. Produz-se um direito penal de intervenção moral baseado na confissão oral e no dogma da pena. Emerge então uma ordem jurídica intolerante e excludente que não tolera limites, é um sistema penal sem fronteiras, com a tortura como princípio, o elogio da delação e a execução como espetáculo.

Assim, após tanto tempo de violência institucionalizada, é possível observar marcas profundas na nossa formação e legislação, marcas estas que permanecem indelegáveis ainda nos dias de hoje (CASTELLAR, 2002, p. 320). Nesse sentido, o Direito Penal faz parte de todo o aparato estatal com vista a implementar uma ideologia para a perpetuação das classes dominantes no poder, pois as leis penais buscam proteger, em sua maioria, os

bens jurídicos de maior importância para a elite, que por conseguinte são mais suscetíveis a ação dos menos favorecidos.

Portanto, observa-se a existência de um medo que caminha desde sempre na formação da sociedade e da legislação penal, sendo utilizado pelas elites dominantes, como forma de se manter no poder. Desta forma, preconceitos, segregações e exclusões com relação às classes subalternas, podem ser observados ainda nos dias de hoje. Partindo desse medo preexistente, os meios de comunicação de massa fomentam ainda mais esse sentimento, com a veiculação incessante e repetitiva de crimes violentos, mortes, roubos e tráfico, tendo como finalidade precípua a obtenção de lucro na veiculação de tais notícias.

### *3.1.1 Mídia e construção do discurso acerca do medo*

Inicialmente observa-se que o jornalismo é um ato discursivo direcionado a diversos grupos de indivíduos, muitas vezes distantes entre si, constituindo uma comunidade imaginada (MELO, 2010, p. 179), desta forma, a instituição jornalística além de integrar a estrutura social é capaz de promover novos comportamentos sociais ao longo da história, exercendo influência sobre as ações sociais dos indivíduos, ao desenvolver discussões sobre temas específicos que seleciona em sua agenda de assuntos (MELO, 2010, p. 182).

Neste contexto, a mídia possui o poder de agendar as preocupações dos indivíduos, exercendo forte influência nas ações e comportamentos humanos e principalmente na formação da opinião pública. Desta maneira, a narrativa elaborada pela mídia constrói sentidos acerca de fatos sociais e significações que são retiradas da estrutura cultural, levando as pessoas a compartilharem compreensões que ajudam na formação de alianças.

Tal construção pode ser visualizada em torno do discurso do medo do crime violento, por levar a uma vivência comum de fatos distantes no binômio espaço/tempo, neste aspecto, o jornalismo produz uma experiência social nos indivíduos, ao estimular a uniformização de comportamentos (MELO, 2010, p. 190).

Dessa forma, ao enquadrar os episódios de crimes violentos em sua pauta de assuntos relevantes, a imprensa introduz dentre as preocupações dos indivíduos o trauma cultural do medo de ser vítima de tais circunstâncias. Assim, ressalta-se que muitas vezes as notícias veiculadas pela mídia não elaboram o esboço da realidade em si, tornando-se, na verdade, uma realidade construída a partir dos interesses mais latentes da sociedade em busca dos índices de audiência e do fomento da sensação de medo na sociedade.

Portanto, quanto mais notícias são veiculadas repetidamente pela imprensa acerca do discurso do crime e da violência, comprovando-se a existência do risco iminente de ser a próxima vítima, mais convincente se torna a ideia de trauma coletivo do medo. Com isso, a mídia enquanto instituição social possui um papel importante na sociedade, principalmente na formação da opinião pública, pois, através de seu discurso, que na maioria das vezes encontra-se revestido de interesses mercadológicos, produz a construção de uma realidade que pode gerar vários efeitos sociais.

### 3.2 Mídia e construção do discurso acerca da insegurança

O surgimento dos meios de comunicação de massa sem dúvida é um dos acontecimentos mais importantes da era moderna, sendo possível observar sua capacidade de uniformizar critérios, induzir comportamentos e penetrar nos espaços da vida cotidiana. Com isso, os meios de comunicação criam uma sensação de universalidade, expropriando do homem sua capacidade de intervir nos processos sociais e conseqüentemente de interpretá-los (CASTRO, 2005, p. 200).

Desta forma, analisando a ideologia massificadora da mídia, percebe-se um aumento cada vez maior na concentração do poder comunicacional perante os indivíduos, utilizando-se mensagens passíveis de serem compreendidas por todos (CASTRO, 2005, p. 201). Assim, como diz Luhmann, nas palavras de Lola Aniyar de Castro, o poder consiste em reduzir a complexidade da vida social, tendo em vista a limitada capacidade que os homens têm de processar a informação, a comunicação é poder, visto que reduz complexidades, entrega o produto pronto e proporciona a ilusão de participação do indivíduo na sociedade (LUHMANN *apud* CASTRO, 2005, p. 201). Sintetizando tal entendimento, afirma Castro (2005, p. 201):

“os meios de comunicação demonstram ser cruciais na construção das ideologias. E, em consequência, das atitudes e dos valores. Levando esse argumento à sua expressão mais acabada, a tecnologia massificadora parece representar o mais aterrador instrumento de controle e dominação” (grifo nosso).

Desta forma, o longo alcance do poder e da dominação que a mídia exerce sobre a sociedade, envolve um discurso que interfere na construção da realidade dos indivíduos como um todo, sendo ela que decide o que os receptores devem conhecer ou não, orientando seletivamente a atenção do público para determinadas notícias.

Assim, uma outra forma de discurso acerca do sentimento de insegurança fomentado pela mídia, é com relação ao desenvolvimento de estereótipos de indivíduos, os quais possuem duas funções essenciais, como afirma Castro (2005, p. 215):

serve para a suposta maioria não-criminosa redefinir-se a si mesma com base nas normas que o delinquente violou e para reforçar o sistema de valores dominante. Reproduz o sistema e contribui para delimitar a zona do bem e do mal, liberando a cultura danosa dos poderosos, que estariam a salvo por não pertencerem ao estereótipo. Haveria, portanto, classes criminosas e classes não-criminosas. Funciona como bode expiatório, já que dirige-se a ele toda a agressividade latente nas tensões de classe que, em caso contrário, se voltaria contra os detentores de poder (grifo nosso).

Desta forma, a veiculação de notícias de crimes pela mídia, fomenta a exclusão dos indesejáveis, corroborando com a seletividade de um sistema penal punitivo. Neste sentido, a mídia se alicerça sobre a propagação da insegurança e influencia a lógica penal seletiva e exterminadora das massas indesejáveis (BATISTA, 2003, p. 51). Desta maneira, escolhe-se o inimigo e dá-se início a uma varredura de indesejáveis patrocinada pela mídia e levada a cabo pelo Estado penal (BAUMAN, 2009, p. 57).

Por fim, observa-se que a forma como a mídia constrói a notícia acerca do crime promove nas classes altas e médias o sentimento de medo e insegurança, permitindo em muitos casos que a imprensa promova o extermínio simbólico desses indivíduos.

#### 4 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo foi constituído basicamente em duas partes, sendo a inicial voltada para uma análise doutrinária e a posterior, uma análise prática do discurso da mídia na abordagem de crimes.

A primeira parte se desenvolveu através de um levantamento bibliográfico e a segunda etapa elaborou-se uma pesquisa empírica através da observação sistemática, onde se buscou coletar do conteúdo dos programas selecionados, expressões que envolvessem o medo, a insegurança e as violações de garantias constitucionais.

Desta forma, para fundamentar melhor tal reflexão, foram escolhidas categorias de critérios para análise dos dados coletados, sendo tais categorias disponibilizadas da seguinte maneira:

**a) Tempo dedicado à publicidade durante programa:** Tal categoria foi criada com a finalidade de analisar a estratégia do programa em manter a atenção dos telespectadores durante todo o programa, com o fim de não mudarem de canal e manter os índices de audiência sempre elevados.

**b) Efeitos sonoros realizados no programa:** Observar os efeitos sonoros realizados ao longo do programa, os quais possuem a finalidade de entreter e divertir o telespectador, proporcionando descontração, envolvimento e consequentemente uma possível aceitabilidade do público às informações ali mencionadas.

**c) Número de notícias por tipo de crime:** Proporcionar um levantamento dos tipos penais mais mencionados durante os três programas coletados, com a finalidade de medir quantitativamente a relevância dada pela mídia a determinados tipos penais noticiados.

**d) Análise dos aspectos em torno da insegurança e do medo:** Neste ponto, busca-se identificar na fala dos atores (apresentador e repórter) afirmações e constatações que incitem e estimulem o medo e a insegurança nos telespectadores, sendo possível observar nos destaques realizados que muitas vezes elas são mencionadas de maneira implícita e subjetiva muitas vezes eivada de preconceitos.

e) **Análise dos aspectos em torno das garantias constitucionais:** Analisar as violações dos princípios constitucionais realizadas ao longo de cada programa.

## **5 I RONDA GERAL: ENTRE A INSEGURANÇA E O MEDO NA MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

### **5.1. Alguns aspectos sobre o Programa “Ronda Geral”**

O “Ronda Geral” constitui o que se chama de “programa policial”, comum nas rádios e na televisão. Após análise em torno do objeto de pesquisa percebe-se que os atores que transmitem o programa, tais como o apresentador e o repórter procuram evitar violações explícitas aos princípios legalmente protegidos pela Carta Magna, tais como os Princípios da proteção à imagem, à privacidade e o da presunção de inocência, porém, mesmo com a preocupação em não violar tais princípios, é possível a partir de uma análise mais aprofundada a observância de algumas violações constitucionais. Por outro lado, a linguagem melodramática e popular identifica-se de forma evidente, em que a utilização de recursos de imagens, sons e diálogos mais se assemelham à narrativa ficcional literária e cinematográfica (MENDONÇA, 2002, p. 18).

Esta adaptação do jornalismo à ideia de espetáculo que tem norteado os meios de comunicação de massa vem associado a preocupação com os índices de audiência e a concorrência pelas fatias do mercado (FONSÊCA, 2010, p. 73). Desta forma, os critérios para a construção das notícias faz com que os relatos apresentados sejam influenciados pelo o que programa entende que o público quer, não correspondendo muitas vezes ao que realmente acontece, principalmente em programas policiais como o por ora analisado.

#### *5.1.1 Tempo dedicado à publicidade durante programa*

Após uma primeira análise do programa em estudo, percebe-se que uma das estratégias para “prender” os telespectadores e manter a audiência são as publicidades realizadas durante todo o programa, em que o próprio apresentador fala sobre os produtos. Com isso, após contabilizado o tempo total de propagandas feitas no meio do programa e o total de tempo de propagandas realizadas nos intervalos, comprova-se que o tempo de duração das publicidades realizadas durante o programa é maior do que o tempo fora do programa, comprovando-se a real finalidade de “manter” os telespectadores sempre entretidos.

Para isso, segue abaixo, uma tabela com o total de tempo cronometrado das publicidades realizadas no meio e nos intervalos do programa.



	22/04	25/04	26/04
Total de tempo dedicado à propaganda dentro do programa	5min23seg	16min57seg	14min06seg
Total de tempo dedicado à propaganda fora do programa	4min48seg	7min30seg	3min30seg

Tabela 1. Tempo de duração de propagandas:

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados do programa “Ronda Geral”.

Observa-se que após a referida análise realizada com relação a Tabela 01, é possível se verificar uma conotação mercantil, em que a publicidade realizada dentro do programa possui como característica principal “sustentar” os telespectadores e conseqüentemente os índices de audiência.

### *5.1.2 Efeitos sonoros realizados no programa*

Além da preocupação com a audiência é possível identificar no programa “Ronda Geral” uma narrativa sensacionalista e popularesca, em que o apresentador e o repórter dramatizam os fatos com o auxílio, muitas vezes, de efeitos sonoros, sendo considerado, antes de tudo, um programa de entretenimento (FONSÊCA, 2010, p. 103).

### *5.1.3 Número de notícias por tipo de crime*

Nos 3 (três) programas analisados, foram apresentados o total de 58 (cinquenta e oito) crimes, sendo que alguns deles são mencionados repetidas vezes ao longo de cada programa assistido. Assim, a fim de verificar que imagem do crime está sendo construída pela mídia, passou-se a analisar quais os tipos de crimes mais noticiados, quais os bairros mais citados, bem como, as expressões utilizadas e as pessoas entrevistadas.

	22/04	25/04	26/04	Total
Homicídio	4	10	6	20
Tráfico de drogas	4	4	4	12
Roubo	0	0	4	4
Acidentes de trânsito	0	2	1	3
Violência contra a mulher	1	0	1	2
Tentativa de Homicídio	1	0	1	2
Lesão corporal	2	0	0	2
Porte ilegal de arma de fogo	0	1	1	2
Abandono de incapaz	0	0	2	2

Roubo tentado	0	1	0	1
Furto tentado	1	0	0	1
Receptação de produtos roubados	1	0	0	1
Outros acidentes	1	1	0	2
Outros*	1	2	1	4
<b>Total</b>	16	21	21	58

Tabela 2. Número de notícia por crime:

Fonte: elaboração própria, com base nos dados coletados do programa “Ronda Geral”.

Assim, dentre os crimes observados, percebe-se que o homicídio é o tipo de crime mais noticiado, tendo em vista a própria gravidade deste tipo penal, o qual impõe mais atenção a ele, principalmente com relação a fatores como a audiência, sua imprevisibilidade, a notabilidade e a notoriedade dos indivíduos envolvidos, sendo a disparidade com relação a cobertura de notícias de tais crimes com relação aos demais, explicada, ao menos em parte, por estes motivos (FONSÊCA, 2010, p. 110).

## 5.2 Análise dos aspectos em torno da insegurança e do medo

Como dito anteriormente, os métodos utilizados pelos jornalistas revestem-se de um caráter seletivo, no qual as avaliações são feitas baseadas geralmente no “senso comum”, de forma que o fato selecionado atraia ainda mais a audiência (MENDONÇA, 2002, p. 29). Assim, em um programa de caráter popular, certas características tais como a simplificação da linguagem e a utilização de expressões chulas são acentuadas com o objetivo de tornar o relato ainda mais próximo e compreensível para os telespectadores.

Desta forma, o programa se afasta cada vez mais de recursos próprios da objetividade do jornalismo tradicional, mas em momento algum abandona seu papel de veiculador de (supostas) verdades (MENDONÇA, 2002, p. 19). A consequência disto é a aproximação do emocional, com todas as consequências negativas que o apelo às emoções traz para a democracia e a justiça (FONSÊCA, 2010, p. 119).

Desta forma, com base nos 3 (três) programas coletados, as expressões e os comentários realizados pelo apresentador e sua equipe serão analisados e discutidos, sendo as palavras e frases destacadas do texto produzido com o fim de facilitar a leitura.

Inicialmente, observa-se que alguns comentários feitos pelo apresentador são relativos a localidades e bairros em Pernambuco, como os seguintes:

'é mais um caso que acontece lá na Imbiribeira de bala perdida e tiroteio entre criminosos'

'é a segunda vez que eu me lembro, no bairro da Imbiribeira que uma criancinha sofre morrendo com bala perdida'

'A Sra. está com medo de continuar morando aqui?'

Aqui o apresentador constrói através de constatações e comentários realizados, a imagem de que tais localidades e bairros são dominados pelo perigo e pela criminalidade. Fixando na audiência a ideia de insegurança com relação a tais regiões.

Reforçando a ideia acima, o programa narra notícias de forma dramática e apelativa, referindo-se, por exemplo, ao caso de um homicídio em que uma mãe teve seu filho atingido por uma bala perdida. O apresentador comenta o fato impondo uma reflexão por parte da audiência com relação ao sofrimento daquela mãe, além de fomentar o medo da audiência de ser vítima daquela “circunstância inesperada”, quando diz:

'A gente vai falar sobre o sofrimento de uma mãe que vai passar essa sexta feira santa, e que enquanto todo mundo vai estar refletindo sobre o sacrificio de Jesus Cristo, esta mulher vai estar ela própria sofrendo bastante'

'Que tristeza dessa mãe, que Sexta Feira da Paixão triste para ela, né? Tá todo mundo comendo peixe, alegre, bebendo vinho por aí a fora, confraternizando com a família e a família dessa criança sofrendo desse jeito, um menino tão novo, onze anos de idade, morrer desse jeito'

'Acompanhe aí o drama desta mulher que perdeu o único filho desta forma tão trágica'

'Criancinha que brincava na frente da casa'

Neste caso, observa-se que o apresentador induz uma comoção na audiência, principalmente quando coloca a família que está em casa “tranquila” no lugar daquela mencionada, além de citar situações comuns na vida de muitas pessoas, como quando diz que a “criança brincava na frente de sua casa” ou mesmo quando diz que era o “filho único”, ou até mesmo quando se refere a “semana santa e ao sacrificio de Jesus Cristo”.

### 5.3 Análise dos aspectos em torno das garantias constitucionais

Os meios de comunicação de massa utilizam-se muitas vezes da prerrogativa resguardada pela constituição que garante a liberdade de informação jornalística para manipular fatos, impor opiniões e influenciar a população (MELLO, 2010, p.106). Desta forma, ao agir assim, princípios constitucionais são violados, tais como a integridade moral, a intimidade, a vida privada, a imagem e a presunção de inocência.

Inicialmente, aborda-se o caso de um duplo homicídio de um casal assassinado, no qual a polícia acredita ter motivação passional. O apresentador começa a narrar a notícia dizendo o seguinte:

'a mulher não queria nada com ele, é o que dizem, a mulher não queria se separar do marido, para iniciar uma nova vida e ter uma família com este homem, que a desejava, iaí o homem inconformado com a rejeição, acabou matando a mulher e o marido dela, história trágica né?'

Após o apresentador dizer isto, os corpos das vítimas são mostrados na reportagem, com uma câmera pouco embaçada sendo possível visualizar toda a cena do crime, inclusive sempre a câmera focaliza as manchas de sangue com marcas de dedos expostas na parede e os corpos das vítimas, que encontram-se descobertos. A seguir, o programa retoma a reportagem em outro bloco e o apresentador diz:

'De acordo com as primeiras investigações da Polícia o autor do crime seria amigo do homem assassinado e tinha interesse na mulher dele, mas a mulher casada, não correspondia aos interesses do assassino, e ele revoltado como quem diz assim: se ela não for minha, ela também não vai ser nessa terra nem minha nem do marido dela, vou matar os dois' (programa do dia 25/04/2011) (grifo nosso).

'Foi quando o acusado identificado apenas como Edivaldo veio até aqui o imóvel [...] e efetuou os disparos' (programa do dia 25/04/2011) (grifo nosso).

Observa-se que o apresentador inicialmente noticia os fatos da maneira como se narra uma novela, remetendo aquele delito a um drama de ficção, com a finalidade precípua de atrair a atenção dos telespectadores, acompanhado a isto, são mostradas imagens chocantes da cena do crime repetidas vezes. Após, observa-se que toda a história narrada foi obtida das primeiras informações da polícia e o até então suspeito é mencionado como "assassino", tendo sua identidade revelada pelo apresentador.

Assim, diante de todo esse cenário de manipulação da mídia, observa-se o nítido afronte ao princípio da presunção de inocência quando o apresentador divulga o nome

do suspeito, referindo-se a ele como assassino. Outro princípio violado frequentemente durante o programa é o da integridade moral, pois o apresentador utiliza-se, como anteriormente mencionado, de tons humorísticos e de deboche, ferindo direitos protegidos pela constituição. Tal análise pode ser observada na narração da notícia de um homem que morreu após ter bebido líquido utilizado para limpar painéis de alumínio, quando ele diz:

*'ele era daquele jeito que não tinha cachaça, ele bebia desodorante, água sanitária, solução de bateria [...] sem ter cana para tomar, o cara bebeu tiner, bebeu limpador de alumínio e acabou perdendo a vida'*

Tais expressões expõem não somente o falecido, como sua família, ignorando-se a sua integridade moral. Outro fato bastante explorado pelo programa são os de violência contra mulher, pois apesar da quantidade deste tipo penal ter sido pouco mencionada, o fato é repetido no mesmo programa várias vezes. Com isso, analisa-se aqui o caso de uma mulher agredida com uma faca pelo ex-companheiro. Na delegacia, filma-se o perfil do rosto da vítima e sua fotografia na carteira de identidade é revelada no vídeo, além do local agredido do seu corpo, que no caso em análise, foi a perna, além disso, o rosto do acusado é filmado com frequência. Após isto, o repórter diz:

*'ela prefere não falar sobre o assunto, pelo menos gravando entrevista, mas em 'off', como a gente costuma chamar, ela diz que não foi a primeira agressão, ele já bateu nela outras vezes e agora a situação ficou mais grave'*

Diante disso, observa-se nítida violação à proteção da imagem e da intimidade, a primeira ao mostrar a fotografia da vítima na carteira de identidade e a imagem do acusado na delegacia e a segunda por expor que a vítima havia sido agredida outras vezes, sem que esta informação tenha sido consentida por ela.

## **6 | CONCLUSÕES**

Por fim, após a presente análise, observa-se que uma das principais formas de conhecimento se dá através dos meios de comunicação, sendo a notícia o principal elemento na construção da realidade do indivíduo. Nesse contexto, a mídia, influenciando a crescente sensação de insegurança e medo existente nos moradores dos grandes centros urbanos, ávidos por vingança, seja esse um sentimento consciente ou não, ao expressar suas opiniões e constatações, viola direitos fundamentais, presumindo culpas, invadindo privacidades e expondo imagens, sendo proferido algumas vezes veredito sem qualquer base fática ou processual.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Vera Malaguti. **A arquitetura do medo**. Discursos Sediciosos Crime, Direito e Sociedade. Editora Renan, nº 12, V. 7, 2º semestre de 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 12. tir. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CASTELLAR, João Carlos. **Violência, imprensa e mudanças na lei penal**. Discursos Sediciosos Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, V.7, nº12, 2002.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da Libertação**. Coleção pensamento criminológico nº10, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à constituição brasileira de 1988**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

FONSÊCA, Mariana Guedes Duarte da. **A mídia e a construção social da criminalidade em Pernambuco: um estudo sobre o programa televisivo “Bronca Pesada”**. Dissertação (Mestre) – Curso de Mestrado em Direito, UFPE, Recife, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MELLO, Carla Gomes de. **Mídia e crime: liberdade de informação jornalística e presunção de inocência**. Revista de Direito Público, Londrina, v.5, n.2, p. 106-122, agosto, 2010.

MELO, Patrícia Bandeira de. **Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo**. Recife: Universitária da UFPE, 2010.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: um estudo da Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quarter, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e Jurisprudência**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 4. ed. Ver. Atual e ampli. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. revista e atualizada até a Emenda Constitucional n.62, de 9.11.2009, public. em 12.12.2009. São Paulo: Malheiros, 2010.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 309

Agrobiodiversidade 268, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Agronegócio 13, 271, 272, 273, 274, 275, 282, 283, 284, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 301

### C

Conceito 16, 17, 22, 23, 32, 33, 37, 40, 92, 95, 104, 105, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 147, 174, 181, 205, 212, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 256, 273, 274, 284, 291, 295, 330, 332, 339

Constituição 2, 3, 4, 12, 13, 15, 16, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 42, 46, 49, 60, 62, 63, 68, 70, 72, 76, 90, 99, 102, 103, 104, 112, 120, 123, 129, 133, 134, 136, 137, 142, 143, 150, 152, 173, 180, 181, 182, 190, 191, 192, 203, 210, 211, 213, 225, 238, 243, 244, 246, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 273, 280, 283, 285, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 336, 337, 338, 341, 343

Corte interamericana 1, 2, 5, 13

Criança 20, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 163, 189, 209, 210, 211, 309

Cultura de paz 86, 101, 235, 339, 340, 341, 345, 350

### D

Direito 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 143, 144, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 205, 206, 210, 224, 227, 229, 230, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 276, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352

Direito à imagem 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 72

Direito ambiental 239, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 266, 267, 273, 280

Direito migratório 102

Direitos humanos 1, 2, 4, 5, 13, 83, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 142, 144, 145, 153, 157, 165, 166, 167, 169, 180, 192, 198, 212, 217, 222, 225, 303, 304,

307, 308, 310, 324, 341, 352

Direito vivo 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338

## **E**

Educação 83, 111, 112, 125, 129, 130, 131, 133, 134, 139, 145, 150, 151, 153, 156, 159, 160, 163, 198, 201, 204, 212, 233, 240, 241, 247, 249, 252, 253, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 314, 315, 319, 322, 339, 340, 341, 343, 352

Empoderamento 83, 143, 224, 226, 230, 231, 232, 235, 278, 339, 341, 343

Ensino jurídico 100, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323

Eugen Ehrlich 325, 326, 328, 336, 338

Ex-apenados 146, 147, 150, 154

## **F**

Feminicídio 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 229, 235, 236

## **H**

Humanismo 15, 16, 20, 21, 23, 27, 28, 156, 157, 158, 160, 161, 166

## **I**

Idoso 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 309

## **J**

Justiça restaurativa 73, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 160, 162, 163, 164, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 343

## **M**

Mediação 34, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 290, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351

Meio ambiente 160, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 272, 273, 274, 277, 280, 281, 308, 352

Mídia 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 252, 272, 278, 280

## **N**

Natureza 4, 17, 20, 21, 34, 42, 43, 48, 65, 66, 68, 76, 80, 85, 105, 106, 107, 128, 131, 159, 182, 218, 219, 231, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 248, 250, 256, 257, 258, 260, 266, 270, 273, 274, 281, 288, 289, 294, 295, 299, 309, 333, 335, 343



## O

Opressão 202, 203, 212, 309

## P

Perspectiva Waratiana 312

Pessoas públicas 58, 62, 63, 65, 66, 69

Política criminal 156, 157, 158, 160, 163, 165, 173, 174, 177

Princípios constitucionais 30, 32, 39, 42, 45, 99, 113, 186, 190, 333, 348

Processo Judicial Eletrônico 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144

Programas policiais 178, 179, 186

## R

Responsabilização ambiental 254, 255

## S

Superlotação carcerária 168

## T

Trabalho 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 32, 45, 49, 58, 64, 65, 70, 80, 81, 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 136, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 168, 170, 178, 181, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 211, 212, 213, 214, 217, 222, 224, 233, 243, 255, 256, 270, 287, 297, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315, 317


## V

Violência 73, 75, 82, 83, 84, 85, 130, 133, 159, 160, 171, 175, 179, 182, 183, 187, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 309, 340, 341, 346

Violência doméstica 73, 75, 83, 84, 85, 196, 197, 199, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)




# A Natureza e o Conceito do Direito 3

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2020